

CIDADES

Brasil retrocede no
combate à pobreza
e fica longe de
atingir objetivo
traçado pela ONU

PÁGINA 18

Brasil regride no combate à pobreza e não deve bater meta da ONU

| AGENDA SOCIAL | O País superou com folga a meta do milênio que era reduzir a pobreza à metade em 25 anos, mas do final de 2014 a 2017, os indicadores dispararam

Dos maiores retrocessos que o Brasil enfrenta, o crescimento acelerado da miséria e da desigualdade pegou de surpresa mesmo os mais pessimistas. O País que tirou mais de 30 milhões de pessoas da pobreza em dez anos e se tornou referência em políticas de combate à fome de repente jogou de volta na miséria 6,3 milhões - praticamente um Paraguai.

Em 2030, quando vence o prazo para o cumprimento da primeira meta de desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU) — erradicar a pobreza extrema —, o Brasil deve no máximo retornar ao patamar de antes da crise, quando conseguiu sair do mapa da fome, projeta Marcelo Neri, diretor da FGV Social, braço da Fundação Getúlio Vargas. “Até lá (2030) estimamos que se crescermos 2,5% ao ano e mantivermos a desigualdade parada, o Brasil voltará ao patamar de antes desta crise, em 2014, quando 8,38% da população estava na pobreza.”

Na ocasião, o País superou com folga a meta do milênio que era reduzir a pobreza à metade num prazo de 25 anos. A implementação do Bolsa-Família, quando milhões de famílias

33%

foi o crescimento da pobreza no Brasil nos últimos 3 anos

acelerou essa tarefa no começo do milênio e inspirou outros países a fazerem o mesmo. Mas do final de 2014 a 2017, os indicadores dispararam, seja qual for o critério adotado para a definição de pobreza.

Para o Banco Mundial (Bird), está em condições de extrema pobreza quem ganha até US\$ 1,90 por dia. Em pesquisa recente sobre o tema, a FGV Social calculou linha de pobreza de R\$ 233 por mês. Por esta definição, o total de pobres no Brasil cresceu 33% em três anos de crise. Em 2018, pesquisadores estimam estabilidade do indicador — nada bom para um ano eleitoral, que historicamente exhibe resultados positivos.

Com a substituição da carteira assinada por bicos, cresce o contingente de trabalhadores sem acesso aos mecanismos de proteção social que estão relacionados à formalização, como salário mínimo e aposentadoria.

Se nada for feito, a concentração de renda, que já cresce desde o último trimestre de 2014 sem parar, continuará aumentando. “Do final de 2015 até junho de 2018, o Índice de Gini de renda do trabalho habitual subiu a uma velocidade 50% maior do que vinha caindo na época de queda da desigualdade brasileira, iniciada em 2001. Isso não acontecia desde 1989, o pico histórico da desigualdade brasileira.”

Neri, por outro lado, avalia que existe saída. É preciso olhar tanto para a questão econômica, buscando soluções para o equilíbrio fiscal, como para o social. “Hoje o debate está dividido em dois polos, como se uma coisa excluísse a outra. Mas tudo pode virar a favor se for dado um choque de confiança no sistema. É preciso unir o País em uma agenda econômica e social consistente.” (Sabrina Lorenzi, da Agência Nossa)



ALERTA

No mês passado, um relatório divulgado pelo Banco Mundial apontou que a pobreza aumentou no Brasil entre 2014 e 2017, atingindo 21% da população (43,5 milhões de pessoas). O documento analisou os indicadores sociais da América Latina